

16 FEV. 1995

Cuidado presidente: cruzamento perigoso

As decisões do dia-a-dia tomadas pelos governantes, especialmente aquelas da órbita econômica, não vêm acompanhadas de bulas que advirtam o usuário quanto aos efeitos colaterais. É dever de quem analisa os rumos da política econômica avisar quando vê um sinal de cruzamento perigoso. Trata-se de momentos nos quais se estreitam as possibilidades de ação e as ambições têm de ser resolvidas.



O governo não criou os instrumentos para uma estabilização duradoura

Lembremo-nos, por exemplo, do governo Figueiredo que, diante das alternativas entre o ajuste proposto pelo ministro Simonsen, então no Planejamento, e os desejos do resto do governo, diante do segundo choque do petróleo, de acelerar o nível de atividade e crescer mais rápido, gastou seus primeiros seis meses no conflito entre as duas correntes até que a saída de Simonsen resolveu o dilema: crescemos o que não podíamos e conhecemos a inflação de três dígitos. O presidente da República, José Sarney, também passou pela encruzilhada e escolheu abandonar a estabilização.

O jovem governo do presidente Fernando Henrique Cardoso começa com uma esperança que não é só a de seus correligionários tucanos, mas de todos os que fugimos da direção oposta pregada com toda a honestidade e candura pelo PT de Lula. É uma sorte termos como presidente provavelmente o mais bem preparado homem público que já se sentou naquela cadeira, mas

não podemos esquecer do fato de que a quase unanimidade de sua aprovação ao iniciar-se o mandato devia-se à ambigüidade, esperançosa que forma a união dos nossos desejos e das nossas soluções para obter o caminho da estabilidade, do crescimento e da justiça social.

O início de 1995, entretanto, coincide com um violento estreitamento de opções que estarão a requerer de imediato decisão presidencial sobre que rumo tomar. E dessa decisão depende a trajetória que o País vai trilhar a partir da própria estabilização. A economia mostra sinais de maior aquecimento do que era esperado, mesmo há poucas semanas: o presidente percebeu o fenômeno quando falou de acabar com a farra dos carros importados. Na realidade, a farra é mais geral e não atinge nem apenas os automóveis nem só as importações. Afinal, vendem-se carros nacionais como nunca e, portanto, é difícil enxergar o aumento de importações como algo especial fora do contexto do elevado nível de consumo, e muito menos que se restrinja ao setor automobilístico. Trata-se de um quadro de excesso de demanda que se construiu a partir do otimismo e da maior renda disponível do setor privado pós-reforma monetária e que parece se agravar, com as incertezas que vêm de fora com o vendaval mexicano, com as dificuldades de controle monetário e com as incertezas geradas de dentro, com as novidades da política

industrial montadas no início da semana a partir do anúncio alegre da volta da estratégia de substituição de importações: mais e mais proteção em troca das promessas de investimento.

A consequência imediata é a posteriorização dos investimentos nos setores que já absorviam as novas diretrizes e que levavam a sério a abertura comercial que se imaginava ser, não como uma concessão a pressões, mas como opção por uma economia mais aberta e menos dependente de concessões e diretrizes governamentais. Voltam-se todos os olhos para a vitrine de favores do Estado, reaberta sob nova gerência na forma das câmaras setoriais, de olho na valiosa proteção que será oferecida aos que se comportarem como deseja o planejador setorial de plantão. A administração burocrática dos cartéis que já conhecemos se dará, neste final de século, com um Estado mais despreparado para exercer este monitoramento de investimentos e preços e uma indústria mais preparada para burlar, influir e corromper, como ficou claro na CPI do Orçamento.

De quebra, agrava-se o excesso de demanda com um choque negativo de oferta. São admitidamente precários os dados disponíveis sobre o comportamento do consumidor, não temos dados oficiais seja sobre o comportamento dos empréstimos do sistema financeiro ao setor privado, seja sobre o nível de inadimplência do sistema de crédito, que pode e deve arrefecer o ânimo dos empréstimos bancários. O grande problema, entretanto, é que não é admissível que se arrisque a solidez de um programa de estabilização pela razão de sempre: otimismo quanto ao padrão de resposta da oferta interna ao excesso de demanda e recuo

para o protecionismo e para a economia fechada e baseada na alocação administrativa de recursos ao primeiro sinal de dificuldades. Entre aprofundar a estabilização e a liberalização da economia e reviver os fantasmas da administração burocrática de benesses estatais, o governo FH terá de escolher agora, de forma inequívoca, pois não é com um passo atrás que se porá fim à farra da indústria automobilística, que de resto não começou no atual surto de vendas.

Com os problemas da Previdência, as dificuldades de estabelecer uma agenda crível para a privatização e as tensões inevitáveis em torno da reforma fiscal e do controle das despesas, torna-se patente que o governo ainda não criou os instrumentos que lhe permitam acenar com as perspectivas de uma estabilização duradoura. O principal fator até agora de baixa inflação tem sido a confiança nos rumos sinalizados já há tempos pela equipe econômica. Portanto, para manter baixa a taxa de inflação esperada é fundamental que esta confiança seja renovada, com o prosseguimento das mudanças institucionais que permitam eliminar o atual excesso de demanda sem necessidade de mais inflação.

A confirmar-se esta confiança, ocorrerá a retomada segura dos investimentos em uma economia mais aberta e na qual os negócios privados sejam menos dependentes das decisões administrativas sobre onde investir. Ou, bem, talvez estejamos enganados e o governo nos deseje conduzir de forma gradual e segura para reconquistar o passado.

■ **Dionísio Dias Carneiro é professor da PUC-RJ**